

AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

URGENTE:

DENÚNCIA IRREGULARIDADES PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2023 DO MUNICÍPIO DE CAETÉ – MG
--

PEDIDO DE SUSPENSÃO LIMINAR – CERTAME PREVISTO PARA 10/04/2023.

DENUNCIANTE: GLÓRIA MARIA BRUM DE REZENDE – 454221922672 INSCRITA NO CNPJ Nº.23.894.928/0001-60, SEDIADA NA RUA JOÃO BLAZUTTI, Nº.100, BAIRRO ESTAÇÃO, CENTRO, CARANDAÍ/MG, CEP 36.280-000.

DENUNCIADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO (A) E SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAETÉ - MG

GLÓRIA MARIA BRUM DE REZENDE – 454221922672 inscrita no CNPJ Nº.23.894.928/0001-60, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rua João Blazutti, nº. 100, Bairro Estação, Carandaí - MG, CEP 36.280-000, na pessoa de sua representante legal, Sr.^a Glória Maria Brum de Rezende, brasileira, divorciada, Pedagoga, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 301 da Resolução n.º 12/2008, apresentar **DENÚNCIA REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2023**, certame promovido pela Prefeitura Municipal de Caeté - MG, sob a responsabilidade do (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação da respectiva Prefeitura, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DOS FATOS, ILEGALIDADES E IRREGULARIDADES:

O certame supramencionado tem como objeto:

Contratação de empresa especializada para oferta de plataforma de gestão educacional, com licença de uso de software com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo

serviços de implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico de todos os módulos e assistência humana especializada para resolução de todos os temas tratados através da plataforma, para atender as necessidades de gestão da Rede Municipal de Educação de Caeté.

Entretanto, são diversas as irregularidades e ilegalidades que devem de ser apreciadas por este d. Tribunal, sob pena de comprometer o certame em questão, conforme será exposto a seguir.

Sabe-se que os princípios que regem as licitações públicas estão insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

II – DAS INDEVIDAS EXIGÊNCIAS DE FIRMA RECONHECIDA:

O Edital, no item 8.8.2, ao tratar do Instrumento público ou particular de procuração, assim estabelece:

- a) *Sendo representante legal na forma da lei, deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social acompanhando da última alteração, procuração pública emitida em serviço notarial ou procuração particular (ambas deverão conter os poderes específicos para representar a empresa licitante e estar assinada pelo representante legal da mesma na forma da lei) e um documento de identificação com foto;*

Da mesma forma, no item 8.8.3 do Edital, ao estabelecer o “Modelo de Credenciamento”, exige que o referido documento também tenha firma reconhecida.

Ocorre que desde a entrada em vigor da Lei nº 13.726/2018, está proibida a exigência, por parte de órgãos e entidades públicas, de documentos com firma reconhecida e de cópias autenticadas.

Neste sentido, aliás, já decidiu o TCE MG:

DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. INABILITAÇÃO POR RECONHECIMENTO DE FIRMA NA PROCURAÇÃO E NA PROPOSTA COMERCIAL. RASURA DE DOCUMENTOS. IRREGULARIDADES AFASTADAS. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO. Considerando que o art.

32 da Lei n. 8.666/1993 não exige a apresentação de documento com firma reconhecida em cartório, a ausência dessa formalidade não pode resultar na inabilitação automática do licitante, sob pena de configurar formalismo excessivo e restrição à competitividade. (Processo 1098318 – Denúncia - SEGUNDA CÂMARA – 10/2/2022 - RELATOR: CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA)”

Assim, é fato que tal irregularidade deve ser corrigida pela Administração, uma vez que a mesma se presta somente à restrição de competitividade, além de afrontar a Lei 13.726/2018 e o art. 32 da Lei 8.666/93.

III – DA CONTRATAÇÃO DE OBJETOS DIVISÍVEIS EM UM LOTE ÚNICO E DA PATENTE RESTRIÇÃO DE COMPETIÇÃO:

No mesmo sentido, a Administração está contratando de forma Global, em um mesmo item, os serviços de software e os serviços de assessoria e capacitação à Secretaria Municipal de Educação, **constando expressamente no Edital que a licitação terá julgamento de menor preço global**, sem que tenha justificativa plausível para tanto ,nos seguintes termos (Anexo I – Termo de Referência):

*1 – DO OBJETO: **Contratação de empresa especializada para oferta de plataforma de gestão educacional**, com licença de uso de software com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo serviços de implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico de todos os módulos e assistência humana especializada para resolução de todos os temas tratados através da plataforma, para atender as necessidades de gestão da Rede Municipal de Educação de Caeté, conforme descrição detalhadas do serviço, requisitos obrigatórios e demais especificações, mediante Procedimento Licitatório tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme descrito no Edital.*

1.1 Da especificação do Objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QNTD.
01	1. Administrativo <ul style="list-style-type: none">● Ferramenta automática de previsão de receitas, com base em parâmetros confiáveis;● Ferramenta automática de comparação de despesas de anos anteriores, com base em pelo menos 10 (dez) anos de execução orçamentária municipal;● Ferramenta automática de viabilidade de ampliação de oferta de vagas, com previsão de receitas,	Serviço	12

	<p>despesas, sugestão de número de profissionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ferramenta automática de gestão de execução orçamentária, com classificação de itens de como capital e custeio; • Ferramenta automática para cálculo de impacto orçamentário-financeiro de eventuais reajustes, com apresentação de impacto do reajuste nos percentuais de FUNDEB e de gastos com pessoal; • Ferramenta automática de acompanhamento de execução de PDDE e ações agregadas, com alertas para execução equivocada em relação aos percentuais de custeio e capital; • Repositório, com acesso a níveis de perfis permitidos pelos municípios, contendo todas as informações relativas à educação, a saber: Legislação - (leis, portarias, decretos, resoluções, pareceres), Programas (editais), Prazos (obrigações com Receita Federal, União e Estado), em nível federal e estadual, atualizado diariamente, com apresentação de detalhamento em texto e/ou vídeo, por profissionais especializados em cada área; • Ferramenta para cadastro de demandas específicas, com acesso a assistência especializada, e tempo de resposta máximo de 30 (trinta) minutos); • Ferramenta para emissão de relatórios de prestação de serviços, com filtro por área e por período; • Atendimento humano destinado à compreensão do processo de utilização das ferramentas, com técnicos especializados, com tempo de resposta de, no máximo, 30 (trinta minutos) após o cadastramento do chamado. <p>2. Pedagógico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repositório de informações com legislação educacional comentada (por texto, ou vídeo); • Repositório de cursos relacionados a planejamento pedagógico e planos de aula, com no mínimo 100 (cem) horas de carga horária inicial e atualização com, no mínimo 10 (dez) horas mensais, contemplando fundamentações pedagógicas diversas, ministrados por profissionais especializados, acesso autorizado pela Secretaria de Educação, por níveis de perfil e emissão automática de certificado de participação, ao se concluir cada curso. • Repositório para acesso à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com busca por palavra-chave, por 		
--	--	--	--

	<p>código alfanumérico, campo de experiência e, ou componente curricular, com sugestão de planejamento curricular e formas de enfoque pedagógico de cada habilidade prevista para Educação Infantil e Ensino Fundamental;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repositório com sugestão de atividades pedagógicas contendo no mínimo 1 (uma) atividade para habilidade prevista na BNCC, contemplando Educação Infantil e Ensino Fundamental e atualização com acréscimo de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de novas atividades a cada mês. Sistema de busca de atividades por código alfanumérico das atividades. • Atendimento humano destinado à compreensão e discussão dos temas apresentados nos cursos e no material gráfico pedagógico disponibilizado, com técnicos especializados, com tempo de resposta de, no máximo, 30 (trinta minutos) após o cadastramento do chamado. <p>3. Legislação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repositório de informações, com toda a legislação educacional existente no país (leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres), atualizados no mesmo dia da publicação de novas atos legais, organizados por temas, com acesso liberado para profissionais autorizados pelos municípios, com interpretação discutida por profissionais especializados, em textos, áudio e vídeo. • Repositório com análise de editais de programas educacionais publicados por Estados e União, apresentados na data de publicação, analisados em texto, áudio e vídeo por profissionais especializados. • Atendimento humano destinado à compreensão do processo de análise, interpretação, elaboração de planos de trabalho e prestação de contas, com técnicos especializados, com tempo de resposta de, no máximo, 30 (trinta minutos) após o cadastramento do chamado. <p>4. Gestão escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repositório de informações sobre gestão escolar, englobando informações sobre obrigações com Estado, União, assim como obrigações com a Receita Federal • Atendimento humano destinado à compreensão das obrigações, resolução de pendências, adequações de estatutos, Projetos Políticos Pedagógicos, Regimentos, com técnicos 		
--	---	--	--

	<p>especializados, com tempo de resposta de, no máximo, 30 (trinta minutos) após o cadastramento do chamado.</p> <p>5. Controle de Serviços Prestados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Emissão de relatório de serviços prestados, para comprovação e justificativa de pagamento. <p>6. Acesso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Liberação de acesso à plataforma, por níveis de perfis, de acordo com definição de temas acessíveis a cada perfil, a cargo da Secretaria Municipal de Educação. Os atendimentos realizados a partir dos chamados cadastrados pelos mais diferentes setores da secretaria municipal de educação deverão ser feitos, via plataforma educacional, em até 20 minutos a partir do cadastro, por profissional capacitado, devidamente registrado ou devidamente cadastrado para os tipos de atendimentos previstos; O não cumprimento dos princípios previstos no presente edital, ensejará automática notificação à contratada, com vistas a; caso não sejam resolvidas imediatamente as questões pendentes, encaminhamento dos procedimentos de rescisão contratual e comunicação a todos os órgãos de controle, acerca da inexecução do objeto contrato por parte da empresa contratada. 		
--	---	--	--

Nota-se, portanto, que é obrigatória a admissão da adjudicação do objeto por item **(Software Educacional é um item e Assessoria Educacional, outro item)**, uma vez que não há prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala e, também pelo fato de que o objeto da forma apresentada no Edital **está claramente a restringir, severamente, a participação de inúmeras empresas dos segmentos licitados de software educacionais (ou plataforma de gestão educacional que, no caso, se trata também de software) e de assessoria técnica educacional.**

Nesse sentido:

“Proc. 007.759/1994-0, Sessão de 15-06-1994, Plenário, Ata nº 27, Decisão nº 393, in DOU de 29-06- 1994, páginas 9622/9636 - Proc. 575.475/1998-6, Sessão de 10-05-1999, Plenário, Ata nº 17, Decisão nº 201, in DOU de 20-05- 1999, páginas 86/120 - Proc. 525.067/1995-7, Sessão de 07-07-1999, Plenário, Ata nº 29, Acórdão 108, in DOU de 19-07-1999, páginas 32/73 - Proc. 575.578/1997-1, Sessão de 20-10-1999, Plenário, Ata nº 46, Decisão nº 744, in DOU de 04-11- 1999, páginas 37/68 - Proc. 010.677/1997-6, Sessão de 15-03-2000, Plenário, Ata nº 09, Decisão nº 143, in DOU de 24-03- 2000, páginas 56/89 - Proc. 009.800/1999-9, Sessão de 21-06-2000, Plenário, Ata nº 24,

Decisão nº 503, in DOU de 05-07- 2000, páginas 38/58 - Proc. 008.158/2002-9, Sessão de 19-03-2003, Plenário, Ata nº 08, Acórdão 236, in DOU de 28-03-2003, páginas 347/444”

Frise-se, ainda, que não houve a devida justificativa, motivação, do ato/decisão de requisição do objeto na forma conjunta (software educacional e serviços de assessoria educacional) já que pela rápida leitura da descrição do objeto percebe-se que **ocorreu uma consolidação do objeto sem a devida justificativa (ou sem justificativa plausível)**, o que pode induzir a uma eventual (e ilegal) restrição de competição.

Em caso análogo ao do Edital ora impugnado, já se manifestou o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos autos da Denúncia n.º 886286, julgada na 39ª Sessão Ordinária na data de 12/12/2017, nos seguintes termos:

*“(...) 2. Da irregularidade denunciada: (...) A Unidade Técnica destacou que a previsão editalícia de contratação de objetos de natureza divisível num lote único, contraria o disposto no art. 23, §1º, da Lei n. 8.666/93; na Súmula 247 do TCU4 e Súmula 114 desta Corte de Contas. Verificou que o edital sob exame, cumulou vários programas (contabilidade pública, recursos humanos, compras e licitações, receitas municipais, patrimônio, almoxarifado, saúde, assistência social e educação), sem que constasse, ao menos no Termo de Referência, justificativa relativa à viabilidade técnica e econômica para a aglutinação dos referidos objetos, concluindo, ao final, pela irregularidade da previsão editalícia que contemplou lote único de objetos divisíveis, sem que houvesse qualquer justificativa para tal vedação no processo administrativo. (...) **A Unidade Técnica concluiu pela irregularidade da aglutinação dos serviços de assessoria contábil, elaboração do projeto do PNAFM e o fornecimento de software no objeto licitado, senão vejamos: Ainda que possível a relação entre a contabilidade e o fornecimento de software (no que toca as funcionalidades do software), a assessoria contábil e a licença de uso não se relacionam tal como proposto no objeto do certame sob análise. São objetos notadamente distintos, possuem tanto natureza quanto forma de prestação de serviço diferenciada, não havendo, portanto, relação de imprescindibilidade que justifique a contratação integrada de assessoria contábil e o fornecimento de software. Há nítida aglutinação entre atividades instrumentais e finalísticas da Administração. Tal como afirmado na peça vestibular, dado que o critério de julgamento é o menor preço global, somente atenderiam aquelas empresas ou consórcios que prestam serviços de forma concomitante de assessoria contábil e fornecimento de software, ou seja, haveria uma redução injustificada da competitividade. (fl. 74) Das informações acerca do PNAFM depreende-se que também é irregular, no presente caso, a contratação de consultoria para elaboração do projeto do referido programa, uma vez que Municípios de Santana do Riacho deve apresentar projeto simplificado. Isso posto, irregular a aglutinação dos serviços de assessoria contábil, elaboração do projeto do Programa***

Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros e fornecimento de software no objeto licitado. Quanto a contratação de assessoria contábil, entende-se que esta deve ser efetuada de modo excepcional nos termos da análise. Por derradeiro, entende-se, s.m.j. pela irregularidade da contratação de consultoria para elaboração do projeto do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Mineiros. (fl. 76) **O MPTC, como dito, encampou a conclusão técnica de fl. 369-v/370. Do ponto de vista da legalidade do procedimento licitatório, importa observar que o art. 15, inciso IV, da Lei n. 8.666/93 determina que, sempre que possível, as compras deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando maior economicidade. Sobre a escolha pela não-divisibilidade, ressalto que, sendo uma exceção à regra do parcelamento do objeto – tendo em vista a possibilidade de restrição indevida à competição –,deveria ter sido adequadamente fundamentada, nos autos do procedimento, demonstrando ser a melhor alternativa para o caso concreto, o que não ocorreu, seja pela leitura da justificativa (item III) e do objeto (item IV), constantes do Termo de Referência de fl. 35, seja pelos argumentos apresentados pelo procurador municipal a fl. 112/119. Sendo assim, a opção pela adjudicação por lotes compostos por itens distintos e sem correlação entre si contraria as disposições da Lei n. 8.666/93 e a jurisprudência predominante no TCU (Súmula 247) e nesta Corte de Contas (Súmula 114). Isto posto, em consonância com a abordagem realizada pela Unidade Técnica no seu exame preliminar de fl. 71/76, julgo procedente este apontamento de irregularidade denunciado, e recomendo ao atual gestor que, nos próximos certames, quando o objeto for divisível, proceda à sua segregação em tantas licitações quantas forem necessárias, a fim de garantir a ampla competitividade e o atendimento ao artigo 23, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93, evitando a aglutinação indevida de serviços em um mesmo objeto, observada a jurisprudência predominante no TCU (Súmula 247) e nesta Corte de Contas (Súmula 114) (...).” (grifo nosso)**

Nota-se, portanto, que a Administração não pode contratar os objetos de software educacional e de assessoria educacional em um mesmo item, conforme consta no Termo de Referência do edital impugnados, uma vez que tal conduta não encontra respaldo legal ou jurisprudencial.

Logo, o presente certame deve ser suspenso, para fins de adequações das inconformidades e ilegalidades ora denunciadas, de modo que a administração passe a adotar uma descrição dos itens de forma individualizada, para que, ao final do certame, sejam contratados/adquiridos os dois itens, a partir de um certame que tenha contado com a ampla participação de empresas dos dois segmentos.

Vale lembrar, neste aspecto, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar de regras legais e de aplicação geral e irrestrita, pois, para garantir

segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições previstas na legislação vigente.

Resta claro, assim, a plausibilidade da presente denúncia, razão pela qual o certame não poderá prosseguir.

IV – DA AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE EM ITENS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DENUNCIADO:

O Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital ora denunciado, apresenta, na especificação do objeto, inúmeras exigências e com excessivo detalhamento, o que aponta para indícios de direcionamento, conforme entendimento já consignado por esta Corte de Contas, nos seguintes termos:

*“DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. IRREGULARIDADES. AUSÊNCIA DE PARCELAMENTO DO OBJETO LICITADO. QUANTITATIVOS E UNIDADES DE MEDIDA DOS SERVIÇOS E PRODUTOS NÃO CORRESPONDEM ÀS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO. INDICAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE PRECISA SER MELHOR ESTABELECIDA NO QUE TANGE AOS REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS E CLAREZA PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO DO SOFTWARE ACOPLADO AO HARDWARE ADQUIRIDO. DETALHAMENTO EXCESSIVO FORNECE INDÍCIOS DE QUE AS ESPECIFICAÇÕES SÃO ATRIBUÍDAS A UMA ÚNICA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA, CARACTERIZANDO RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE E DIRECIONAMENTO DO CERTAME. PRESENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E DO PERIGO DE DANO. SUSPENSÃO DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA. 1. Para que a aquisição ou locação de um ambiente virtual de aprendizagem seja bem-sucedida pela administração pública, faz-se necessário que as especificações elencadas sejam estabelecidas no termo de referência de forma a não restar dúvidas quanto as especificidades dos sistemas atuais de aprendizagem virtual disponíveis no mercado, possibilitando a escolha correta da melhor solução de aprendizagem que atenda aos anseios da administração pública. 2. A indicação de hardware e software precisa ser melhor estabelecida no que tange aos requisitos mínimos necessários e clareza para o correto funcionamento do software acoplado ao hardware adquirido. **O detalhamento excessivo pode fornecer indícios de que as especificações são atribuídas a uma única solução***

tecnológica. As especificações poucos usuais podem restringir o número de soluções que poderiam atender aos requisitos. (Processo n. 1095278 – Denúncia. Rel. Cons. Wanderley Ávila. Deliberado em 14/12/2020. Disponibilizado no DOC de 4/2/2021) (grifo nosso)

Neste sentido, vejamos algumas exigências detalhadíssimas e praticamente exclusivas de um único fornecedor que certamente já detêm a solução tecnológica (muitíssimo específica!) a ser contratada pela Administração, por meio do edital ora denunciado:

Legislação:

Repositório de informações, com toda a legislação educacional existente no país (leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres), atualizados no mesmo dia da publicação de novas atos legais, organizados por temas, com acesso liberado para profissionais autorizados pelos municípios, com interpretação discutida por profissionais especializados, em textos, áudio e vídeo.

Ora, não é razoável (e muito menos proporcional) que no mesmo dia em que leis, decretos, portarias, resoluções e pareceres referentes à legislação educacional sejam publicados, que os mesmos sejam interpretados por profissionais especializados, posto que a própria doutrina especializada e até mesmo a jurisprudência dos tribunais superiores demandam, muitas vezes, até anos para consolidar um entendimento específico ou majoritário sobre um tema.

Ademais, tal serviço se configura como serviço jurídico (ou de assessoria técnica na área educacional), o qual demanda profissionais especializados do direito (ou da área de legislação educacional), o que também demonstra a incompatibilidade, ilegalidade e inviabilidade de se contratar os objetos de software educacional e de assessoria educacional em um mesmo item, conforme pretende a administração, por meio do certame ora denunciado.

E nem venha a administração sustentar que o objeto do presente certame é apenas a contratação de software educacional (ou plataforma educacional), posto que na própria justificativa constante do edital ora denunciado, também **consta expressamente a intenção de contratação dos serviços de assessoria técnica acoplados ao fornecimento de solução tecnológica de software, de forma claramente aglutinada, senão vejamos:**

“(…) Além das informações estruturadas e organizadas, a plataforma será o instrumento através do qual os setores da Educação Municipal terão acesso à assistência especializada, em relação a todos os temas fundamentais para a gestão educacional; sejam eles relacionados à gestão,

administração, elaboração de projetos técnicos e pedagógicos, alimentação escolar, transporte escolar, gestão de sistemas estaduais e federais, engenharia, jurídicos, alimentação escolar, ações de suporte pedagógico, intervenções pedagógicas. A assistência técnica, via plataforma de gestão escolar, deve ser efetivada por profissionais das respectivas áreas, com experiência e competência comprovada. Outro fator importante é ressaltar que a assistência técnica deve ser tempestiva e prestada a todos os servidores de todos os setores da administração pública municipal. (...)” (grifo nosso)

Sendo assim, afigura-se viciado o edital em análise, ultrajando os preceitos licitatórios da legalidade, da amplitude na participação, finalidade e na razoabilidade, bem como todos seus corolários, devendo ser revisto.

Destaque-se, ainda, que o referido instrumento aglutinou indevidamente os objetos de software educacional e assessoria educacional, **deixando expresso que o julgamento será GLOBAL e não de menor preço por item, o que não se justifica pela característica do objeto, não havendo que se cogitar que os mesmos deveriam ser licitados em lote.**

Tais constatações e evidências, portanto, demonstram que o Edital ora denunciado impõe verdadeira restrição à participação dos licitantes que não sejam fornecedoras dos inúmeros e “detalhadíssimos/minuciosos” serviços especificados e indevidamente aglutinados no Edital, razão pela qual o certame deve ser suspenso, para que a administração possa fazer as adequações necessárias ao prosseguimento do processo licitatório.

V - DOS PEDIDOS REFERENTES À PRESENTE DENÚNCIA:

I – Que seja recebida a presente denúncia, nos termos e moldes constantes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

II – Por todo o exposto, no exercício da competência prevista no art. 197, caput e § 1º e 2º, c/c art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal, que seja determinada a suspensão liminar do certame, considerando que a licitação pode ser suspensa em qualquer fase até a data da assinatura do contrato, nos termos do disposto no art. 267 do Regimento Interno do TCE MG, devendo os responsáveis manterem o edital do PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2023 – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 016/2023 suspenso, na fase em que se encontra, e se absterem de praticar qualquer ato tendente a efetivar a contratação em tela, nos termos registrados no edital em exame, sob pena de multa pessoal em valor a ser fixado por esta e. Corte de Contas, nos termos do art. 85, inciso III, da Lei Complementar nº 102/2008.

III – Que sejam reparadas as ilegalidades e inconformidades constantes do Edital do certame, além de outras irregularidades a serem detectadas no Edital pelo e. Órgão Técnico deste Tribunal.

IV- Que seja reaberto, com a devida publicação, o prazo legal para realização da sessão pública do Pregão Presencial, para que todas as empresas dos ramos pertinentes, eventualmente interessadas, possam participar da licitação em questão, cada uma em seu respectivo ramo de atuação.

Pede deferimento.

Carandaí/MG, 04 de abril de 2023.



GLÓRIA MARIA BRUM DE REZENDE

GMBR-SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CNPJ 23.894.928/0001-62